



B1

ISSN: 2595-1661

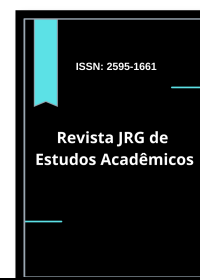
ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](https://portaldeperiodicos.capes.gov.br)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



O Impacto do Programa Pé-De-Meia no Contexto de Políticas Educacionais na Cidade de Araguaína-TO

The Impact of the Pé-De-Meia Program in the Context of Educational Policies in the City of Araguaína-TO

DOI: 10.55892/jrg.v9i20.3098

ARK: 57118/JRG.v9i20.3098

Recebido: 21/03/2026 | Aceito: 25/03/2026 | Publicado on-line: 26/03/2026

Edite Carlos da Silva¹

<https://orcid.org/0009-0003-7543-6351>

<http://lattes.cnpq.br/3674991109145764>

Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, TO, Brasil

E-mail: editehistoria@gmail.com

Marisa de Sousa Brito²

<https://orcid.org/0000-0002-0209-9898>

<http://lattes.cnpq.br/7616813084375117>

Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, TO, Brasil

E-mail: marisa@unitins.br

Cheila Fernandes de Andrade³

<https://orcid.org/0000-0003-3668-3926>

<http://lattes.cnpq.br/2470429517310775>

Universidade Estadual do Tocantins/UNITINS

Email: cheila.fa@unitins.br



Resumo

Este artigo analisa o impacto do Programa Pé-de-Meia no contexto das políticas educacionais na cidade de Araguaína, estado do Tocantins, com identificação da efetividade do programa na redução de evasão escolar e no incentivo à conclusão do Ensino Médio. Objetivo geral investigar a trajetória legislativa e regulatória do programa desde sua concepção até sua implantação no município. Buscando mapear e descrever os principais dispositivos legais (Medidas Provisórias, Leis, Decretos e Portarias) que instituíram e regulamentaram o programa; identificar as alterações e expansões nos critérios de elegibilidade e no público-alvo e discutir como tais normas operacionalizam os objetivos de redução da evasão e incentivo à conclusão do Ensino. Com a pesquisa bibliográfica e documental, buscou evidenciar, que ao oferecer uma poupança mensal aos estudantes, contribuiu para a melhoria da situação financeira das famílias e permanência dos jovens na escola. Os resultados indicam redução nos índices de reprovação e abandono escolar e melhoria do desempenho escolar, inclusão e oportunidades futuras.

Palavras-chave: Pé-de-Meia. Evasão Escolar. Reprovação. Políticas Educacionais.

¹ Graduado(a) em Administração Pública (UFT); Licenciado (a) em História (UNITINS); Especialista em Gestão Educacional (UNIVERSO); Discente da Pós-graduação em Gestão Pública, Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS/UAB)

² Graduado(a) em Ciências Econômicas (FACIMP); Mestre(a) em Gestão de Políticas Públicas (UFT)

³ Graduado(a) em Ciências Contábeis (FABIC); Mestre(a) em Gestão e Desenvolvimento Regional (UNITAU)



Abstract

This article analyzes the impact of the Pé-de-Meia Program within the context of educational policies in the city of Araguaína, state of Tocantins, identifying the program's effectiveness in reducing school dropout rates and encouraging the completion of secondary education. The general objective is to investigate the legislative and regulatory trajectory of the program from its conception to its implementation in the municipality. The study seeks to map and describe the main legal instruments (Provisional Measures, Laws, Decrees, and Ordinances) that established and regulated the program; to identify changes and expansions in eligibility criteria and target audience; and to discuss how such regulations operationalize the goals of reducing dropout rates and encouraging educational attainment. Through bibliographic and documentary research, the study sought to show that by offering a monthly savings to students, the program contributed to improving families' financial situations and keeping young people in school. The results indicate reductions in grade repetition and dropout rates, as well as improvements in academic performance, inclusion, and future opportunities.

Keywords: *Pé-de-Meia. School Dropout. Grade Repetition. Educational Policies*

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 205, estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, fundamentando a criação de políticas públicas educacionais voltadas à população em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, insere-se o Programa Pé-de-Meia, uma iniciativa de incentivo financeiro-educacional do Governo Federal, instituído pela Medida Provisória nº 1.198/2023, publicada em 28 de novembro de 2023, e posteriormente convertida na Lei nº 14.818, de janeiro de 2024 (BRASIL, 2026). O programa tem como finalidade principal estimular a permanência e a conclusão do Ensino Médio por estudantes de baixa renda, por meio de poupança vinculada à frequência escolar e ao desempenho acadêmico.

O Pé-de-Meia destina-se a estudantes matriculados no Ensino Médio público, com idade entre 14 e 24 anos, que atendam a critérios como inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), frequência escolar mínima de 80% e participação em exames como o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Os beneficiários recebem um depósito mensal de R\$ 200,00, que ao final do ano letivo totaliza R\$ 1.000,00, podendo alcançar acréscimos conforme o desempenho. Os valores são acumulados ao longo dos três anos do ciclo e somente podem ser sacados após a conclusão do Ensino Médio, funcionando como um mecanismo de poupança que incentiva a trajetória educacional contínua e a redução da evasão escolar (BRASIL, 2026; Ferreira; Oliveira, 2020).

Diante de dados que revelam elevado índice de abandono e repetência no Ensino Médio brasileiro, especialmente entre jovens de famílias de baixa renda, o programa surge como estratégia de política pública para associar transferência de renda à permanência na escola. Ao oferecer um aporte financeiro mensal, o Pé-de-Meia busca aliviar as pressões socioeconômicas que frequentemente levam os estudantes a abandonar os estudos para trabalhar, contribuindo, assim, para a inclusão social e para a melhoria dos indicadores educacionais. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como problema central investigar: qual a efetividade do Programa Pé-de-Meia na redução da evasão escolar e no incentivo à conclusão do Ensino Médio em Araguaína-TO, considerando as alterações normativas e os critérios de implementação adotados?

O objetivo geral deste estudo é verificar o impacto do Programa Pé-de-Meia no contexto das políticas educacionais em Araguaína-TO. Como objetivos específicos,



propõe-se analisar os resultados dos alunos do Ensino Médio nos períodos anterior e posterior à implementação do programa, identificar o percentual de evasão escolar antes e após o Pé-de-Meia e avaliar se houve melhoria no rendimento e na permanência dos estudantes na rede pública de ensino médio. A pesquisa justifica-se pela relevância social e acadêmica de compreender os efeitos concretos de uma política pública recente, especialmente em um contexto regional marcado por desafios socioeconômicos.

Considerando o problema de pesquisa e os objetivos propostos, houve a formulação das seguintes hipóteses. Primeiramente, a implementação do Programa Pé-de-Meia em Araguaína-TO contribuiu significativamente para a redução dos índices de evasão escolar entre estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual, em comparação com os períodos anteriores à sua vigência. Segundo ponto discorre sobre os estudantes beneficiários do programa apresentaram melhoria no rendimento escolar e maior regularidade na frequência às aulas, em função da exigência de cumprimento de requisitos como a frequência mínima de 80%. E por fim, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à efetiva implementação dos critérios normativos e à capacidade do programa de alcançar integralmente a população elegível, especialmente os jovens em situação de maior vulnerabilidade social no município.

2. Metodologia

A trajetória metodológica percorrida no estudo foi delineada com o propósito de responder ao problema de pesquisa proposto e alcançar os objetivos estabelecidos, relativos à análise da trajetória legislativa e regulatória do Programa Pé-de-Meia e sua implantação no município de Araguaína-TO. Nesta seção, são explicitados a caracterização da pesquisa, as fontes de dados, os procedimentos de coleta e o plano de análise do material documental.

A caracterização da pesquisa quanto à abordagem do problema, classifica-se como qualitativa. Conforme asseguram Marconi e Lakatos (2022), a abordagem qualitativa preocupa-se com a análise e interpretação de aspectos mais profundos dos fenômenos sociais, descrevendo a complexidade do comportamento humano e fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento. No âmbito deste estudo, a abordagem qualitativa revela-se adequada na medida em que se busca compreender, em profundidade, os marcos normativos que instituem e regulamentam o Programa Pé-de-Meia, bem como as implicações desses dispositivos para a política educacional no contexto local.

A pesquisa qualitativa para Denzin e Lincoln (2006), “a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais” Assim ao interpretar os dados, tem mais possibilidade de entender o mesmo. Por isso a maior facilidade de escrever. Já para entendimento sobre pesquisa qualitativa, Vieira e Zouain (2005) “afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles”.

No que tange aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. É exploratória porque visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, envolvendo levantamento bibliográfico e documental (Gil, 2008). Assume, igualmente, caráter descritivo, uma vez que se propõe a descrever as características do Programa Pé-de-Meia, por meio do mapeamento e da descrição de seus principais dispositivos legais, bem como a identificar as alterações e expansões em seus critérios e público-alvo ao longo do tempo (Gil, 2008).



A pesquisa aqui realizada é bibliográfica e documental, tendo por base a pesquisa em sites institucionais, livros, artigos, todos materiais já analisados que se foca em materiais já analisados como livros e artigos, bem como as de fontes primárias, como leis e Decretos. com abordagem qualitativa, explorando a profundidade de um fenômeno, ou quantitativa, contando e descrevendo informações de forma escolha desse tipo de pesquisa, que será desenvolvido nesse trabalho, será a pesquisa qualitativa, pois não existe coleta de dados numérico e por entender assim como Creswel (2007, p. 186) destaca que "na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos".

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2008, p. 51), a pesquisa documental "vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa". A opção por esta modalidade justifica-se pela natureza do objeto de estudo: documentos oficiais que instituem e regulamentam o Programa Pé-de-Meia, os quais constituem fontes primárias para a compreensão da trajetória normativa da política.

O corpus documental da pesquisa é composto exclusivamente por documentos oficiais públicos que tratam da criação, regulamentação e operacionalização do Programa Pé-de-Meia. Foram selecionados para análise os seguintes documentos:

- a) Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui o incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público;
- b) Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024, que regulamenta a Lei nº 14.818/2024 e estabelece os critérios operacionais do programa;
- c) Portarias do Ministério da Educação que tratam da implementação e gestão do programa, publicadas no Diário Oficial da União;
- d) Documentos e informações disponibilizadas na página oficial do Ministério da Educação sobre o Programa Pé-de-Meia.

A seleção dessas fontes obedeceu aos seguintes critérios: pertinência temática, ou seja, relação direta com o objeto de estudo; oficialidade, isto é, proveniência de órgãos públicos com competência normativa sobre a matéria; e acessibilidade, considerando que se trata de documentos de domínio público, disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos governamentais.

Os procedimentos de coleta e análise dos dados foram organizados em etapas sequenciais, conforme recomendam Marconi e Lakatos (2022) para pesquisas documentais. Na primeira etapa, procedeu-se à coleta dos documentos no site oficial do Governo Federal, Diário Oficial da União (DOU) e no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação. Foram identificados e baixados os arquivos digitais correspondentes à Medida Provisória nº 1.198/2023, à Lei nº 14.818/2024, ao Decreto nº 11.901/2024 e às portarias ministeriais relacionadas ao programa.

Na segunda etapa, os documentos foram organizados cronologicamente, de modo a reconstituir a trajetória normativa do programa desde sua concepção até o momento atual. Esta organização permitiu visualizar as sucessivas alterações e expansões nos critérios e no público-alvo ao longo do tempo, atendendo ao segundo objetivo específico da pesquisa.

Na terceira etapa, realizou-se a leitura flutuante do material, conforme preconiza Bardin (2016). Este procedimento inicial consistiu em um primeiro contato com os documentos, deixando-se invadir por impressões e orientações, com o objetivo de conhecer o conteúdo geral dos textos e identificar os temas recorrentes.



Na quarta etapa, procedeu-se à análise de conteúdo dos documentos, tomando como referência a proposta de Bardin (2016). A análise de conteúdo constitui-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Para a operacionalização da análise, foram definidas as seguintes categorias temáticas, derivadas dos objetivos da pesquisa e da leitura flutuante dos documentos: Público-alvo, Condicionais para acesso ao programa, Valores e incentivos e a gestão e operacionalização do programa Pé de Meia.

Na quinta e última etapa, procedeu-se à interpretação dos resultados à luz do referencial teórico sobre políticas públicas e políticas educacionais, discutido na seção anterior. Esta etapa buscou estabelecer conexões entre as categorias identificadas na análise documental e os conceitos teóricos que fundamentam o estudo, de modo a responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos.

Cumprir registrar que a pesquisa documental, embora adequada aos objetivos propostos, apresenta limitações inerentes ao método. Conforme adverte Gil (2008), os documentos representam escolhas arbitrárias por parte de seus autores com respeito a aspectos a serem enfatizados e temáticas a serem focalizadas, refletindo perspectivas institucionais que podem não captar integralmente a complexidade da implementação da política na ponta do sistema. Ademais, por se tratar de política recente, instituída em janeiro de 2024, não foi possível avaliar resultados de longo prazo do programa, restringindo-se a análise à trajetória normativa e às primeiras evidências disponíveis sobre sua implementação.

Esse trabalho foi realizado nessa cidade para verificar o Impacto do Programa Pé-de-Meia no Contexto de Políticas Educacionais nessa cidade conhecida como capital Econômica, localizada na região norte do Estado, com a estimativa de 183.024 habitantes, sendo que na área do comércio é muito forte, bem como no setor educacional, como uma infraestrutura planejada com obras de saneamento e pavimentação asfálticas, com grande potencial e investimentos na indústria e na agropecuária. A cidade de Araguaína, fica localizada a 384 km da capital, Palmas, aqui possui várias escolas estaduais que possibilitam a população mais vulnerável, criada pela Lei Estadual n.º 2.125, de novembro de 1958 (TOCANTINS, 2026).

3. Políticas Públicas: Conceitos e Tipologias

As políticas públicas constituem instrumentos fundamentais para a promoção do bem-estar social e a garantia de direitos fundamentais previstos na CF/88, sendo a base jurídica que fundamenta a implementação de programas educacionais como o Pé-de-Meia. Assim compreender o conceito e as tipologias das políticas públicas é essencial para analisar a trajetória e os impactos desse programa no contexto do objeto de estudo dessa pesquisa.

O conceito de políticas públicas tem sido objeto de amplo debate na literatura especializada. Secchi (2012) define políticas públicas como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, tendo como elementos centrais a intencionalidade pública e a resposta a um problema considerado coletivamente relevante. Complementarmente, Souza (2006, p. 24) sintetiza que política pública "é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação". A autora destaca que as políticas públicas envolvem diversos atores e níveis de decisão, não se restringindo apenas à implementação, mas abrangendo também as fases de formulação, avaliação e correção de rumos.



De acordo com Bucci (2002, p. 39), "uma política é pública quando contempla os interesses públicos, isto é, da coletividade". Essa definição evidencia que o caráter público de uma política não decorre apenas de sua origem estatal, mas, fundamentalmente, de sua finalidade voltada à satisfação de necessidades socialmente relevantes. Nessa perspectiva, as políticas públicas constituem respostas institucionalizadas do Estado a problemas identificados na sociedade, materializando-se por meio de ações planejadas que visam à redução ou à solução de demandas coletivas.

Nessa direção, Rua (2012, p. 15) oferece contribuição relevante ao definir políticas públicas como um "conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos". Tal concepção evidencia que as políticas públicas não se restringem a meros instrumentos técnicos de gestão, mas envolvem dinâmicas complexas de negociação, articulação de interesses e exercício de poder entre diferentes atores sociais e institucionais.

A aplicação desse marco conceitual ao contexto brasileiro revela tensões e desafios significativos. Conforme argumenta Piana (2009), a trajetória das políticas públicas no Brasil não logrou assegurar, de forma integral, a garantia do bem-estar da população por meio da universalização de direitos e da oferta de serviços públicos de qualidade. Essa constatação aponta para a existência de um hiato entre os princípios constitucionais que estabelecem a educação, a saúde e a assistência social como direitos universais e a efetiva materialização desses direitos nas condições concretas de vida da população. A persistência de desigualdades regionais, a segmentação no acesso aos serviços e as diferenças na qualidade das ofertas públicas evidenciam que a universalização formal de direitos não se traduziu automaticamente em universalização real e equitativa.

Ao se falar das tipologias no âmbito das políticas públicas, pode-se destacar as tipologias desenvolvidas por Theodore Lowi (1964;1972), revisitada por Souza (2006) e Ribeiro (2020), oferece um importante instrumental analítico para classificar as políticas públicas segundo seus objetivos e mecanismos de atuação. A autora pontua que Lowi propôs quatro tipos fundamentais: políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. As políticas distributivas caracterizam-se por beneficiar grupos específicos sem considerar necessariamente a limitação de recursos públicos, privilegiando parcela da população por meio de incentivos fiscais, gratuidade de taxas ou benefícios direcionados. Já as políticas redistributivas alocam bens ou serviços a segmentos específicos da sociedade mediante recursos extraídos de outros grupos, como ocorre com os sistemas previdenciário, trabalhista e tributário.

Souza (2006) informa que as políticas regulatórias estabelecem normas e padrões de comportamento, sendo mais visíveis ao público por se manifestarem na forma de leis e regulamentações, como as regras de trânsito ou códigos de obras. Por fim, as políticas constitutivas definem as "regras do jogo", isto é, os procedimentos e competências a partir das quais as demais políticas devem ser formuladas e implementadas, incluindo as normas de distribuição de competência entre os poderes e as regras de participação social.

O Programa Pé-de-Meia pode ser compreendido como uma política de caráter predominantemente distributivo, na medida em que se destina a uma parcela específica da população, os estudantes de baixa renda matriculados no Ensino Médio público, com o objetivo de assegurar condições para o exercício do direito à educação. Ao mesmo tempo, apresenta elementos redistributivos, pois envolve a transferência de recursos públicos para grupos socioeconomicamente vulneráveis, buscando reduzir as desigualdades de oportunidades educacionais. Essa dupla dimensão reforça a importância de analisar não



apenas os resultados imediatos do programa, mas também sua capacidade de promover inclusão social e equidade no acesso à conclusão da educação básica (De Sousa, 2021).

A literatura tem aprofundado a compreensão sobre a relação entre os modelos de Estado e as políticas educacionais. Oliveira, Rocha e Nobre (2023) analisam a transição do Estado de bem-estar social para o Estado mínimo e seus impactos no sistema educacional brasileiro. Segundo os autores, no modelo de bem-estar social, verifica-se a proteção social e a garantia da cidadania dos indivíduos por meio de políticas públicas abrangentes. Por outro lado, o Estado mínimo, influenciado por concepções neoliberais, caracteriza-se pelo controle reduzido da ação estatal, pela valorização da livre-iniciativa e pelas organizações econômicas.

Os autores reforçam que essa mudança provocou no sistema educacional privatizações e elevou as desigualdades no ensino, aumentando os problemas sociais. Tal contexto ajuda a explicar a emergência de políticas compensatórias como o Programa Pé-de-Meia, que buscam mitigar os efeitos da desigualdade estrutural no acesso e permanência escolar.

Assim, a avaliação de políticas públicas constitui etapa fundamental para verificar se os objetivos propostos estão sendo alcançados e se os recursos empregados geram os resultados esperados. No contexto educacional, essa avaliação assume contornos específicos, envolvendo indicadores como taxas de aprovação, evasão, abandono escolar e desempenho em avaliações padronizadas. Compreender o Programa Pé-de-Meia à luz desses referenciais teóricos permite situá-lo no campo mais amplo das políticas de enfrentamento à desigualdade educacional e avaliar sua efetividade no contexto específico do município de Araguaína-TO.

3.1 Políticas Públicas Educacionais

As políticas públicas educacionais constituem um conjunto de ações governamentais estruturadas com o objetivo de garantir o direito à educação, melhorar a qualidade do ensino e promover a equidade no acesso e na permanência dos estudantes no sistema educacional. No Brasil, De Sousa (2021) pontua que essas políticas assumem especial relevância diante dos persistentes desafios relacionados à evasão escolar, à distorção idade-série e às desigualdades regionais que marcam o cenário educacional. Neste contexto, o Programa Pé-de-Meia surge como uma iniciativa inovadora que articula incentivo financeiro à permanência escolar, configurando-se como objeto central de análise deste estudo.

Vale ressaltar que as políticas educacionais contemporâneas enfrentam o desafio de não apenas garantir o acesso à escola, mas também assegurar condições efetivas para a permanência e conclusão dos estudos por parte dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Kocsis e Molnár (2024) destacam que a criação de políticas públicas na área educacional deve ir além da dinâmica de acesso ao conhecimento, sendo fundamental que o governo possibilite investimentos na trajetória profissional do estudante, de modo que este possa concluir sua formação e ingressar em um trabalho digno. Essa perspectiva reforça a importância de programas que atuem como incentivos concretos para que os jovens permaneçam vinculados à escola e vislumbrem perspectivas futuras.

Para Sanca (2019), a educação exerce papel fundamental na dinâmica social e na construção da mentalidade coletiva no que tange aos valores, crenças, tradições, regras, comportamentos e práticas enraizados culturalmente e replicados pela convivência em sociedade, com o propósito de conservar o patrimônio cultural e perpetuá-lo ao longo do tempo e entre diferentes grupos por meio de práticas contínuas e da sucessão de gerações.



Logo, as políticas públicas voltadas para a Educação revelam-se fundamentais para traduzir em ações concretas os princípios de democratização do ensino e inclusão social. Ao estabelecerem programas como o Pé-de-Meia, tais políticas reconhecem que a preservação cultural e a formação da consciência coletiva dependem, primeiramente, da permanência do jovem na escola. Nessa perspectiva, o incentivo financeiro articula-se à missão educacional mais ampla: garantir que as gerações em formação não apenas herdem o patrimônio cultural, mas também tenham condições materiais para desenvolver-se integralmente e contribuir para sua renovação.

Santos, Melo e Pereira (2020) apontam ainda que as políticas educacionais enfrentam dificuldades estruturais para atacar as causas subjacentes ao abandono escolar. Vale destacar há um número relevante de estudantes brasileiros que abandonam o Ensino Médio anualmente, principalmente para contribuir com a renda familiar. Logo há uma estreita relação entre vulnerabilidade econômica e exclusão escolar, evidenciando a necessidade de políticas que integrem transferência de renda e condicionalidades educacionais.

Os indicadores educacionais brasileiros reforçam a gravidade do problema. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) revelam que apenas cerca de 50% dos jovens do quinto mais pobre da população concluem o Ensino Médio, em comparação com 92% entre os mais ricos. As desigualdades raciais aprofundam ainda mais esse quadro, com jovens negros apresentando probabilidade 50% maior de não concluir o Ensino Médio em comparação com seus pares brancos. O abandono escolar, longe de ser uma escolha individual, configura-se como resposta estrutural à pobreza, à desigualdade e à necessidade premente de contribuição econômica para a sobrevivência familiar (IBGE, 2026; De Sousa, 2021).

As consequências do abandono escolar são amplamente documentadas. Jovens que não concluem o Ensino Médio enfrentam oportunidades reduzidas nos mercados de trabalho formal e informal, menores rendimentos ao longo da vida e maior vulnerabilidade a condições precárias de saúde. Em perspectiva nacional, o custo econômico da evasão é estimado em bilhões de reais anualmente, representando perda de produtividade, diminuição do capital humano e pressão de longo prazo sobre os orçamentos públicos devido à violência, ao tráfico de drogas e à gravidez precoce. Quando comparados indivíduos com as mesmas características (raça, gênero, idade e local de residência), aqueles que concluem o Ensino Médio, ainda que não prossigam para o ensino superior, auferem, em média, 28% mais ao longo da vida do que aqueles que não finalizam essa etapa.

3.1.1 O Programa Pé-de-Meia como política de incentivo educacional

O Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024, configura-se como uma política de incentivo financeiro-educacional destinada a estudantes de baixa renda matriculados no Ensino Médio público. O programa foi concebido para enfrentar o desafio evidenciado pelo Censo Escolar Brasileiro: a evasão de cerca de meio milhão de estudantes do Ensino Médio a cada ano, prioritariamente para começar a ajudar na renda familiar. Reconhecendo essa necessidade crítica, a iniciativa adota uma abordagem baseada em incentivos, desenhada para prevenir o abandono e promover a conclusão da educação básica (Brasil, 2026).

A estrutura do programa oferece incentivos financeiros vinculados a quatro marcos fundamentais: matrícula, frequência, progressão acadêmica e participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Especificamente, os estudantes elegíveis recebem: R\$ 200,00 anuais pela matrícula; R\$ 200,00 mensais durante nove meses,



condicionados à frequência escolar mínima de 80%; R\$ 1.000,00 ao final de cada ano letivo concluído com aprovação, montante que permanece depositado até a conclusão do Ensino Médio; e R\$ 200,00 adicionais pela participação nos dois dias do Enem. A gestão e o pagamento dos benefícios são realizados pela Caixa Econômica Federal, por meio de contas poupança social digital ou poupança Caixa Tem.

O desenho dos incentivos fundamenta-se em conceitos da economia comportamental, particularmente na aversão à perda, segundo a qual as pessoas são mais motivadas a evitar a perda de um benefício que acreditam já possuir. Ao depositar os bônus de progressão anualmente, mas condicionar seu acesso à conclusão do Ensino Médio, o programa estimula os estudantes a permanecerem na escola até o final do ciclo. Os valores acumulados ao longo dos três anos podem alcançar até R\$ 9.200,00 por estudante que cumpra integralmente os requisitos estabelecidos.

A elegibilidade ao programa é determinada por critérios socioeconômicos objetivos: ser estudante de escola pública, pertencer a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e possuir renda familiar per capita de até meio salário-mínimo. Inicialmente direcionado a beneficiários do Programa Bolsa Família, o Pé-de-Meia foi expandido em agosto de 2024 para alcançar aproximadamente um milhão de novos estudantes, incluindo aqueles da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atendam aos mesmos critérios.

Os primeiros resultados do programa mostram-se promissores. Segundo o MEC (Brasil, 2026), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM 2024) registrou aumento de 36 pontos percentuais na participação de estudantes de escolas públicas, saltando de 58% no ano anterior para 94% após a implementação do programa. Aqui pode ser ponto de evidência entre a vigência do programa e melhores taxas de aprovação, menores indicadores de abandono e distorção idade-série, além do aumento da participação de egressos da rede pública no Enem, especialmente entre estudantes mais expostos à necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho. Até o final de 2024, cerca de quatro milhões de estudantes já haviam sido beneficiados pela iniciativa.

3.1.2 Fundamentação normativa e operacionalização

O Programa Pé-de-Meia foi inicialmente instituído pela Medida Provisória nº 1.198/2023, publicada em 28 de novembro de 2023, e posteriormente convertida na Lei nº 14.818, de janeiro de 2024. Sua regulamentação detalhada é estabelecida pelo Decreto nº 11.901/2024, que define os procedimentos operacionais, os critérios de elegibilidade e as responsabilidades dos entes federados na implementação da política.

A operacionalização do programa demanda complexa arquitetura de integração de dados entre diferentes sistemas governamentais. Para identificar os beneficiários elegíveis, o Ministério da Educação realiza o cruzamento das informações de matrícula fornecidas pelas redes estaduais e municipais de ensino com os dados do CadÚnico. Esta opção, embora tenha permitido a rápida operacionalização do programa, exigiu significativo esforço político e técnico para alinhar as secretarias estaduais e municipais de educação em torno de um padrão compartilhado para reportar os dados de matrícula.

O monitoramento mensal da frequência escolar, requisito central para a manutenção do benefício, é viabilizado por meio do Sistema Gestão Presente (SGP), plataforma adaptada e expandida em parceria com universidade federal para funcionar como hub educacional (Brasil, 2026). Pela primeira vez, as secretarias estaduais de educação foram convocadas a coletar e organizar sistematicamente um amplo conjunto de dados dos estudantes, incluindo matrícula, frequência mensal, progressão acadêmica



e participação no Enem. Muitos desses órgãos careciam de experiência prévia com registro digital de frequência, exigindo treinamento, suporte técnico e negociação para superar resistências iniciais.

A comunicação direta com os beneficiários é realizada por meio do aplicativo Jornada do Estudante, plataforma governamental já utilizada para serviços educacionais, que permite o envio de atualizações personalizadas e oferece informações centralizadas sobre elegibilidade, cumprimento de requisitos e status de pagamento. Esta integração representa uma decisão estratégica de tratar a comunicação como infraestrutura, superando as limitações dos canais tradicionais que se mostraram lentos, desiguais e frequentemente incapazes de alcançar diretamente os estudantes, especialmente em áreas remotas ou desatendidas.

3.1.3 Contribuições e perspectivas para a política educacional

O Programa Pé-de-Meia insere-se em uma tradição mais ampla de programas de transferência condicionada de renda com condicionalidades educacionais no Brasil, notadamente o Programa Bolsa Família, cujos efeitos positivos sobre a frequência escolar e a redução da evasão são amplamente documentados na literatura. Estudos demonstram que o Bolsa Família contribuiu para melhorar indicadores educacionais, embora com efeitos nem sempre homogêneos entre diferentes grupos populacionais. O Pé-de-Meia avança ao oferecer incentivos de maior magnitude e ao estruturar uma poupança de longo prazo vinculada à conclusão do ciclo educacional.

A política reflete o compromisso do governo federal com o enfrentamento da evasão escolar e o avanço da equidade educacional. Ao operar mais como uma iniciativa educacional do que como uma política exclusivamente social, o programa aproveita a infraestrutura de dados criada para o Bolsa Família, demonstrando como políticas públicas podem evoluir e se articular para produzir resultados mais efetivos.

Os impactos esperados do programa transcendem a dimensão educacional imediata. Ao possibilitar que estudantes de baixa renda acumulem recursos financeiros ao longo do Ensino Médio, o Pé-de-Meia contribui para a construção de um patrimônio que poderá ser utilizado no ingresso no ensino superior, em iniciativas empreendedoras ou na transição para o mercado de trabalho. Dessa forma, a política alinha-se aos objetivos mais amplos do Plano Plurianual 2024-2027, que prioriza a inclusão e a equidade na educação, com metas de ampliação do acesso e conclusão dos estudos pela população jovem.

As políticas públicas educacionais, portanto, cumprem papel essencial na garantia do direito à educação e na redução das desigualdades sociais. O Programa Pé-de-Meia, ao articular incentivo financeiro, condicionalidades educacionais e construção de poupança de longo prazo, configura-se como inovação no campo das políticas de enfrentamento à evasão escolar. Sua implementação no município de Araguaína-TO, objeto deste estudo, permitirá avaliar a efetividade concreta dessa política em contexto local, considerando as especificidades socioeconômicas da região e os desafios operacionais enfrentados na ponta do sistema educacional.

4. Resultados e Discussão

É interessante saber que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que mede a qualidade da educação, por ter sido criado no ano de 2007, objetivando as metas de qualidades, intuito de medir a qualidade do ensino no Brasil, orientando assim no planejamento das atividades pedagógica, para melhorar a qualidade



dos resultados das avaliações, com o Sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB), criado em 1990, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática (Brasil, 2026).

Assim também temos o SAEB, objetivando diagnosticar a Educação Básica, para melhorar as políticas públicas educacionais. É uma avaliação realizada a cada dois anos, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ele faz um diagnóstico da qualidade de ensino, no país, proporcionando assim desenvolver as políticas educacionais, o IDEB é aplicado através de questionário e teste, para avaliar, para saber a qualidade de ensino no país. Essas políticas públicas, criadas para melhorar o índice de evasão e reprovação e isso trouxe uma redução nesse propósito, possibilitando assim uma motivação para os estudantes de baixa renda.

Na evolução do IDEB, das Escolas Estaduais no Ensino Médio, foi encontrado registro a partir do ano de dois mil e dezessete, não encontrei registro em Araguaína TO, foram o seguinte: 2017 3.6% e em 2019 4%, 2021 4.2% e 2023 4.2%. Em relação a assiduidade dos alunos do Ensino Médio de Araguaína, em 2013 era de 5,2%, já em 2019, 5,9%, em 2021 5,8% e em 2023 6,0%. Sendo que de acordo o site da Seduc TO, o índice das escolas estaduais da área urbana de Araguaína em 2024, foi nas primeiras séries 5,4%, nas segunda séries 4,3% e nas terceiras séries 12,1%, de acordo com o Censo Escolar o índice geral de abandono das escolas estaduais, antes de 2023, na (Rede Estadual/Tocantins) mostrou que a evasão no Ensino Médio atingiu 5,9%.

De acordo com QEDu (2026) o índice para Araguaína é de 57% de reprovação/abandono, já em 2019 e queda para 52% em 2021, e o aprendizado 4,42 e a aprovação 4,2%. Português, 268,48, Média de proficiência Matemática 264,14, a Média de proficiência. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC/2025), a taxa de abandono em 2023 no Ensino Médio, na Região Norte é de 3,8%, sendo que nessa mesma região a taxa de reprovação, é de 3,8%, sendo que o índice do IDEB no Tocantins na rede Estadual nos anos 2015 3,3%, 2017 3,7%, 2021 4,1% e 2023 4,1%.

Ao identificar o percentual de evasão dos estudantes do ensino Médio, antes e após o programa pé de meia, assim como nos anos anteriores a 2024, existia. O índice de abandono escolar na rede pública de ensino, em alguns anos anteriores de 2023, no Brasil foi em 2021, a taxa de evasão escolar no ensino médio foi de 5,9%. Segundo censo Escolar de 2021, foi registrado maior índice de abandono e em 2022, foi 4,2% de reprovação e 6,5% de abandono.

Segundo IDEB (2023, divulgado em 2024) No Estado do Tocantins, desde 2024 o índice de abandono das escolas estaduais de nível médio no Tocantins, teve maior redução, dentre essas escolas está o Colégio Militar José Aluísio da Silva Luz, na cidade de Araguaína, que foi uma escola destaque em relação ao resultado do IDEB, em 2024, foi de 5,3, isso faz dos servidores, honrados, e isso foi fruto da comunidade escolar encorajar, tanto a comunidade interna quanto externa, e segundo o diretor major José Roberto Carneiro Alves, diz que “o objetivo é obter o Colégio sempre em primeiro lugar, houve grande participação dos estudantes”.

O índice geral de aproveitamento dos alunos no Ensino Médio, nos três últimos anos do Colégio Militar José Aluísio da Silva Luz, em 2022, o índice de aprovação foi de 98,2%, e de reprovação foi 1,8% o de abandono 0%, em 2023 o índice de aprovação foi de 98,2%, de reprovação 1,5%, abandono foi de 0,25%, sendo que índice do IDEB, do Colégio Militar do Estado do Tocantins - Dr Jose Aluísio da Silva Luz, foi de 5,3, como destaque na Região Norte, obtendo assim o 10º lugar, em relação ao nacional. Sendo que em 2024, ano em que foi lançado o programa de incentivo foi de 100% e assim zerando a reprovação e



abandono, então com esse resultado, mostra que esse programa já iniciou tendo bom resultado, em relação a aprovação e abandono. QEdU (qedu.org.br) ou no Portal Iede,

Quadro 1: Índices de reprovação, aprovação e abandono e aprendizado escolar de 2023

REPROVAÇÃO	APROVAÇÃO	ABANDONO	INDICADOR DE APRENDIZADO
3,5%	94,6%	1,9%	5,82

Fonte: Saeb e Fundeb – Inep, 2023.

Conforme a tabela acima de aprovação, reprovação e abandono, na cidade de Araguaína TO no ano de 2023, mostra que o índice de aprovação foi valor de aprovação é superior, assim exemplifica a melhoria nesses índices, e que o índice de reprovação é superior ao de reprovação.

Quadro 2: Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio-Saeb 2023

Língua Portuguesa	Matemática:
24%	3%

Fonte: Saeb e Fundeb – Inep, 2023.

De acordo com a tabela de desempenho no Ensino Médio, no Estado do Tocantins, a disciplina de língua portuguesa, teve um índice de 24% e na disciplina de Matemática 3%. Sendo que o índice do IDEB da cidade de Cidade de Araguaína, foi 5,3%, o índice do Estado do Tocantins foi de 4,2% e do Brasil 3,9%, em 2023, o fluxo 0,98% e de aprendizado foi de 5,33%, esse índice que o Estado alcançou foi devido o bom rendimento dos estudantes da rede estadual vinculados à dinâmica cívico-militar, evidenciando esforços conjuntos, como as variadas ações nos contratuos, uma boa gestão compartilhada entre os servidores civis e militares, bem como o esforço da comunidade escolar.

5. Conclusão

Os dados apresentados da pesquisa retomam o objetivo geral de analisar o impacto do Programa Pé-de-Meia no contexto das políticas educacionais em Araguaína/TO, com especial atenção à sua trajetória legislativa e aos efeitos sobre a permanência e conclusão do Ensino Médio.

A pesquisa evidenciou que o programa surge como resposta a um problema estrutural: a desigualdade social que força jovens de baixa renda a ingressar precocemente no mercado de trabalho, comprometendo sua trajetória educacional (Lima; Xavier, 2025; De Sousa, 2021). Ao oferecer um incentivo financeiro na forma de poupança, o Pé-de-Meia busca democratizar o acesso ao Ensino Médio, garantindo não apenas a matrícula, mas a frequência e a conclusão dos três anos, atenuando as barreiras impostas pela vulnerabilidade socioeconômica.

No que tange à análise dos resultados no município de Araguaína, os dados preliminares indicam um cenário promissor. As informações do Ministério Educação, através dos dados do INEP, demonstraram melhorias nos níveis de Aprovação e Evasão Escolar dos alunos do Ensino Médio de Araguaína/TO. Pode-se sugerir que um cenário de aprovação expressiva, pode ser resultado de ações conjuntas, incluindo a implantação do



Programa Pé-de-Meia, este atuando como um fator motivacional relevante para o desempenho escolar.

Entretanto, é fundamental adotar uma perspectiva cautelosa quanto à análise de efetividade. Conforme alertam Santos, Costa e Costa (2026), embora o Pé-de-Meia se configure como um mecanismo promissor no enfrentamento da evasão, é prematuro estabelecer juízos definitivos sobre sua eficácia no atual estágio de implementação. A avaliação em um horizonte temporal mais amplo é necessária para verificar se os benefícios se sustentam e se o programa cumpre, de fato, a pretensão de promover o desenvolvimento crítico, social e intelectual dos estudantes, para além do estímulo financeiro à permanência escolar.

Por fim, reconhece-se que o programa, ao cumprir os requisitos propostos, amplia as oportunidades dos estudantes de Araguaína. O incentivo financeiro, atrelado à frequência escolar e à participação em avaliações como o Enem, contribui para a formação de cidadãos mais preparados para o futuro. A poupança constituída ao longo do Ensino Médio representa não apenas um alívio financeiro imediato para as famílias, mas um "pé-de-meia" que pode subsidiar projetos futuros, rompendo ciclos de pobreza e promovendo a almejada igualdade de direitos e oportunidades educacionais.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11901.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11901-26-janeiro-2024-795291-publicacaooriginal-170974-pe.html>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Pé-de-Meia: como funciona. 2024e. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/como-funciona>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Pé-de-Meia: público. 2024g. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/publico>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Perguntas frequentes – Programa Pé-de-Meia. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/pe-de-meia>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Notas Estatísticas (ou Apresentação Coletiva). Brasília, DF: Inep, 2025. Acesso: 12 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 470, de 27 de junho de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Pé-de-Meia. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 13 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. taxas de rendimento <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar>, acesso em: 03 jan. 26.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Superior 2023: Resumo Técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: Sinopse Estatística da Educação Superior 2023. Acesso em: 12 jan. 2026.



- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: Sinopse Estatística da Educação Básica 2024. Acesso em: 12 jan. 2026.
- BRASIL. <https://central.to.gov.br/download/440872> Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL, Ministério da Educação – MEC. INEP. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/nota_informativa_ideb_2023.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.
- CRESWEL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.
- DE SOUSA, Henrique Eustáquio. Desigualdade de oportunidades educacionais nas macrorregiões brasileiras: uma análise através de matrizes de transição. Dissertação Mestrado, 2021. Universidade Federal São João Del-Rei. Disponível: [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pgdplat/Versao%20final%20da%20dissertacao\(3\).pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pgdplat/Versao%20final%20da%20dissertacao(3).pdf) Acesso em: 13 fev. 2026.
- FERREIRA, Elen Cristina da Silva; OLIVEIRA, Nayara Maria de. EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: causas e consequências. Scientia Generalis, Patos de Minas - MG - Brasil, v. 1, n. 2, p. 39-48, 2020. Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/v1n2a4>. Acesso em: 13 fev. 2026.
- KOCSIS, Ádám; MOLNÁR, Gyöngyvér. Factors influencing academic performance and dropout rates in higher education. Oxford Review of Education, v. 51, n. 3, p. 414-432, 2025. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03054985.2024.2316616>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- LIMA, E. F.; XAVIER, A. R. O programa Pé-de-Meia como uma política pública de inclusão financeiro-educacional: uma indicação de análise. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 14, n. 4, e1848, 2025. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n4-21-2025>.
- OLIVEIRA, E. A. B. de; ROCHA, G. A. da; NOBRE, J. M. N. O IMPACTO DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E DO ESTADO MÍNIMO NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, [S. l.], v. 39, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/688>. Acesso em: 13 fev. 2026.
- PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <http://books.scielo.org>.
- PIANA, Maria Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro. In: PIANA, Maria Cristina (Org.). A construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 31.
- QEDU. Dados Educacionais do Brasil. Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), 202X. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2026.
- RAU, Maria Cristina Trois Dorneles. A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- RIBEIRO, Ruana Soares. Políticas públicas educacionais: o papel da formação continuada no desenvolvimento da Educação Básica. Revista Educação Pública, v. 20, nº 23, 23 de junho de 2020. Disponível em:



<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/23/politicas-publicas-educacionais-o-papel-da-formacao-continuada-no-desenvolvimento-da-educacao-basica> Acesso em: 20 fev. 2026.

SANTOS, S. da S. COSTA, K. T. S. da. COSTA, N. T. S. da. (2026). O Programa “Pé-de-Meia” e a evasão escolar: articulações pertinentes. Cadernos Cajuína, 11(1), e1609.

<https://doi.org/10.52641/cadcajv11i1.1609>. Acesso em: 13 fev. 2026.

SANTOS, Tania Serpa; MELO, Adriana Souza de; PEREIRA, José Dalmo. As políticas públicas sob a ótica do Programa Mais Educação: experiências de uma escola pública do Estado de Pernambuco. Revista Educação Pública, v. 20, nº 28, 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/28/as-politicas-publicassob-a-otica-do-programa-mais-educacao-experiencias-de-uma-escola-publica-do-estado-de-pernambuco> Acesso em: 20 fev. 2026.

SANCA, Dimar Monteiro. Uma perspectiva sobre as políticas educacionais no contexto neoliberal. Revista Educação Pública, vol. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/uma-perspectiva-sobre-as-politicas-educacionais-no-contexto-neoliberal> Acesso em: 20 fev. 2026.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.

TOCANTINS. Secretaria da Educação do Tocantins – SEDUC-TO.

<https://www.to.gov.br/seduc/gestao/2m6awdo80tco> Acesso em: 13 fev. 2026